

O ensino vai muito mal.

3 NOV 1985

Educação

Faltam até professores

ELIZABETH MUNHOZ e
ELISETE CIPOLA

Ana Maria Alves Freitas, de 14 anos, aproveita o tempo ocioso e conversa com colegas no pátio da escola. Ela e os demais alunos de sua classe, a 7ª série da Escola Estadual Fernão Dias Pais, em Pinheiros, pudera fazer isso durante os últimos 30 dias, no horário em que deveriam ter aula de Português. Motivo: não havia professor. "Isso prejudica muito. Todos ficamos preocupados", diz Ana Maria, em nome dos colegas.

A situação vivida por esses alunos reflete apenas parte dos inúmeros problemas da educação no Brasil. Nas 130 mil escolas do País, a baixa qualidade do ensino é uma realidade, admitida por um relatório elaborado pelo Ministério da Educação. O documento, com 38 páginas, apresenta uma síntese das discussões do Dia Nacional de Debates sobre a Educação, promovido em 18 de setembro.

"Existe uma consciência nacional da importância da educação?" Foi nessa pergunta que o ministro Marco Maciel baseou-se para lançar o "Dia D" em todo o País, por meio dos Secretariados Estaduais da Educação. A resposta foi dada pela grande mobilização "que surpreendeu a todos e superou as expectativas do próprio ministério", segundo o relatório. Em cada escola, pais, alunos, professores e técnicos desenvolveram atividades, educacionais analisando a realidade, constatando desacertos e discutindo alternativas de solução.

"Preencher o quadro de pessoal das escolas." Essa foi uma sugestão feita durante o debate no Acre. A estudante Ana Maria, que vive o problema em sua escola, considera que não basta apenas o preenchimento de cargos. "É preciso ter mais professores competentes." E "com mais compromisso" acrescentam debatedores de Mato Grosso.

O relatório oficial conclui, sobre essa questão, que "é impossível pensar em mudanças qualitativas sem a existência de um professor competente".

"É preciso haver mais professores competentes. E que assumam mais compromissos" (são sugestões para o governo).

tente, que domine os conteúdos a serem transmitidos e as formas de estabelecer ligações entre esses conteúdos e a realidade do aluno. Para isso, ele deve ter acesso a uma boa formação, incentivos à progressão funcional e salários adequados".

Destaca também que "a criação de uma estrutura administrativa descentralizada, flexível e eficiente é pré-requisito para a realização de um trabalho pedagógico competente". E reflete uma preocupação dos debatedores: "A participação na vida da escola, a descentralização dos mecanismos de decisão e de recursos, que poderiam contribuir para a construção de uma escola voltada para os interesses da maioria, encontram barreiras nos interesses político-partidários mais imediatos". Eles defendem, por isso, a participação de professores, especialistas e representantes de entidades de classe nos Conselhos Federal e Estaduais de Educação, além da "moralização" dos concursos públicos, considerados o único meio legítimo de provimento de cargos, e demissão dos "funcionários-fantomas", que "sobreparam a folha de pagamento e não contribuem com a educação".

Investir no professor foi outra proposta que surgiu durante os debates. O próprio Ministério da Educação reconhece que "grande parte dos professores brasileiros ganha menos de um salário mínimo". E exemplifica: "No Ceará, uma professora leiga recebe Cr\$ 5 mil por mês". O ministério concorda com a necessidade urgente de que esta situação seja corrigida, "com a estipulação de

um piso salarial para os professores de todo o País, de três a cinco salários mínimos".

Além disso, de acordo com o relatório, "outra condição de valorização do professor, inconsistentemente citada por educadores e população, é a existência de uma estrutura de carreira do magistério, que incentive o aperfeiçoamento profissional constante da categoria, valorizando também o tempo de serviço, a experiência e os serviços prestados à população".

É preciso moralizar os concursos públicos e demitir os funcionários "fantomas" que oneram inutilmente o ensino

"Sinto informar que a educação está muito fracassada", alertou às autoridades um aluno de 1º grau do Paraná. Isso demonstra que "a educação básica está ainda longe de ser um benefício democraticamente estendido à população", segundo o próprio ministério. Hoje, no Brasil, ainda existem oito milhões de crianças em idade escolar fora da escola.

As propostas para modificar esta situação vão desde "a construção de prédios em quantidade suficiente para cobrir o déficit escolar", como defendem os educadores do Ceará, até "um plano de emergência para oferta integral de vagas nas periferias urbanas", de acordo com os profissionais do Rio Grande do Sul.

A escolaridade obrigatória também foi sugerida por vários segmentos da comunidade educacional consultados. No Distrito Federal, surgiu a proposta de garantir, por meio da Constituinte, esta obrigatoriedade, enquanto que, no Espírito Santo, ganhou destaque a sugestão de tornar obrigatório o ensino de 2º grau, "estendendo a gratuidade até os 18 anos".

Em outras regiões do País, existe a preocupação com a educação para os adultos. E o Mobral não foi esquecido. Em Sergipe, a idéia é "mudar a política de seleção do alfabetizador do Mobral, para contar com pessoas especializadas, que possam compreender o analfabeto".

O documento registra ainda a preocupação dos debatedores com a educação na zona rural, um problema considerado pelo Ministério "bastante complexo e desafiador". Educadores do Distrito Federal observaram: "A reformulação no sistema agrário do País, em fase de estudos pelo governo, terá repercussões profundas na educação rural, uma vez que estimulará o mercado de trabalho nestas regiões e demandará a ampliação das oportunidades educacionais".

Um aluno do 1º grau de São Paulo reclamou, para o Ministério da Educação, que, "hoje em dia, só os filhos de burgueses recebem ensino de boa qualidade". O Ministério sustenta que, "para um ensino de boa qualidade ser assegurado à maioria da população, é indispensável a existência de um currículo adequado". E que a insatisfação com o atual currículo reflete-se nas solicitações dos Estados, de que se eliminem algumas disciplinas, incluam outras, ou se mude a forma de tratamento de algumas delas.

O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais acha que "é preciso atender às características regionais e locais na elaboração do currículo, sem perder de vista os conhecimentos universais que constituem a base geral da aprendizagem. Deve-se incentivar a interação entre saber sistematizado e saber local".

Essa mesma polêmica ocorre em relação ao livro didático. Segundo as autoridades educacionais, "há os que desejam unificá-lo e os que insistem em regionalizá-lo. Se a uniformização do livro didático é empobrecedora, vale a pena lembrar que livros com temática excessivamente regio-

nalizada podem contribuir mais ainda para limitar os horizontes dos alunos e aprisioná-los no círculo restrito de sua cultura de origem".

Professores, alunos, pais, técnicos e entidades de classe têm uma grande expectativa: uma maior participação nas decisões que dizem respeito à educação. Um grupo de pais de Minas Gerais lembrou que "a sociedade não foi ouvida durante muito tempo, não tendo como expressar sua opinião".

O que é preciso fazer, então, para tornar a escola mais participativa? Debatedores de Mato Grosso acham que deve haver "maior comprometimento das associações de moradores e outras lideranças locais com a educação". Os paulistas defendem a abertura da escola nos fins de semana, com atividades de lazer para a comunidade.

O ministério da Educação entende que a comunidade quer participar definindo as prioridades educacionais e fiscalizando a aplicação dos recursos públicos, como a emenda João Calmon, que destina 13% das verbas da União e 25% dos Estados e municípios para a educação.

Rosângela Leite de Oliveira lembra, com saudades, da escola da década de 60. "Naquele tempo, o ensino era muito melhor que o de hoje". Mãe de dois alunos na Escola Estadual Padre Manoel da Nóbrega — um na segunda e outro na quarta série —, Rosângela reconhece que seus filhos têm muita dificuldade em Língua Portuguesa. Está convencida, porém, que o problema não é deles nem de 40 dos 60 alunos das três quartas séries da escola, "que estão com nota vermelha em Português".

Ela conclui que "é uma falha do ensino", opinião defendida também por José Paschoal Rosário, presidente em exercício do Centro do Professorado Paulista. Para ele, "o ensino que aí está se massificou, estendeu-se numericamente e, em função disso e de outras causas mais difíceis de analisar, perdeu em profundidade". Paschoal acha, no entanto, que a

"O ensino se massificou e perdeu em profundidade". E a falta de qualidade no ensino "funciona como fator de expulsão dos alunos"

questão da qualidade de ensino é muito relativa: "Toda escola é fraca em relação a seu tempo. Só no futuro vamos ter saudades da escola que já passou. Educação não se pode medir no momento em que está acontecendo."

Beatriz Pardi, da diretoria da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), fez uma análise do ensino. E concluiu: "Nos últimos anos, com o regime militar e a ditadura, houve um descaso com a educação, tanto que as verbas públicas tiveram uma queda de 4% no orçamento do Estado e da União. Aliado a isso, houve também uma deterioração dos salários dos professores, afetando as condições de trabalho e, consequentemente, o ensino".

Foi pensando numa nova escola que desde 1978 o professorado se vem mobilizando. "Passamos a questionar toda a situação da educação e hoje estamos tentando procurar novas alternativas para melhorar o ensino", lembrou Beatriz Pardi.

Também a entidade dos professores do magistério municipal, Apaeem, promoveu uma campanha para reformulação da jornada de trabalho docente e do conceito de prática pedagógica. Rita Cáceres, a presidente da associação, disse que a preocupação, hoje, dos educadores é "defender a qualidade de ensino, cuja falta funciona como um fator de expulsão da criança na escola". Reuniões pedagógicas com a comunidade "auxiliariam a manter o aluno na escola e permitiriam uma maior integração escola-comunidade".